

OS "RETORNADOS": GAÚCHOS QUE VOLTARAM DA AMAZÔNIA

*José Vicente Tavares dos Santos**

Os migrantes "retornados" constituem-se de populações do Sul que voltaram dos programas de colonização na Amazônia, desde meados dos anos 70. Ao se falar em gaúchos, incentivando uma densa identidade histórica, freqüentemente se esquece que a parte meridional do território brasileiro formou-se historicamente por populações em movimento, cuja identidade, por conseguinte, sempre foi uma resultante instável de uma multiplicidade étnica e cultural.

Desde os índios charruas e minuanos, nômades deslocando-se permanentemente pelo pampa, até os guaranis, em sua busca da "terra sem males"; ou os caingangues, que foram aldeados desde meados do século passado, todas essas populações indígenas viveram em movimento. Os bandeirantes, no ciclo de presa do gado, ou na busca de escravos indígenas, eram grupos em constante deslocamentos. Não foi outro o comportamento dos primeiros habitantes lusitanos, pois a penetração militar até a Colônia de Sacramento, fundada em 1680, ou a fixação em Rio Grande, no século seguinte, deu-se por tropas que circulavam em combate com os espanhóis¹.

No século seguinte, os colonos açorianos, que viriam a ser os primeiros camponeses meridionais, fizeram a longa travessia dos mares para vir a ser gaúchos, depois. A introdução do trabalho escravo, principalmente na economia do charque, no sul do Estado, trouxe grandes levas de populações africanas, desde o final do século XVIII, protagonistas da trágica viagem intercontinental nos navios negreiros.

No século XIX, foi a vez de outros viajantes, os colonos alemães, italianos e

poloneses que vieram a ocupar o território meridional, desde 1824. Parte dessa população retomou, no início do século XX, outro fluxo populacional, para o oeste de Santa Catarina e o Sudoeste do Paraná.

áreas que foram sendo ocupadas até os anos 50.

Depois do Golpe de 1964, os governos militares começaram a nova ocupação da Amazônia, desta vez transferindo popula-

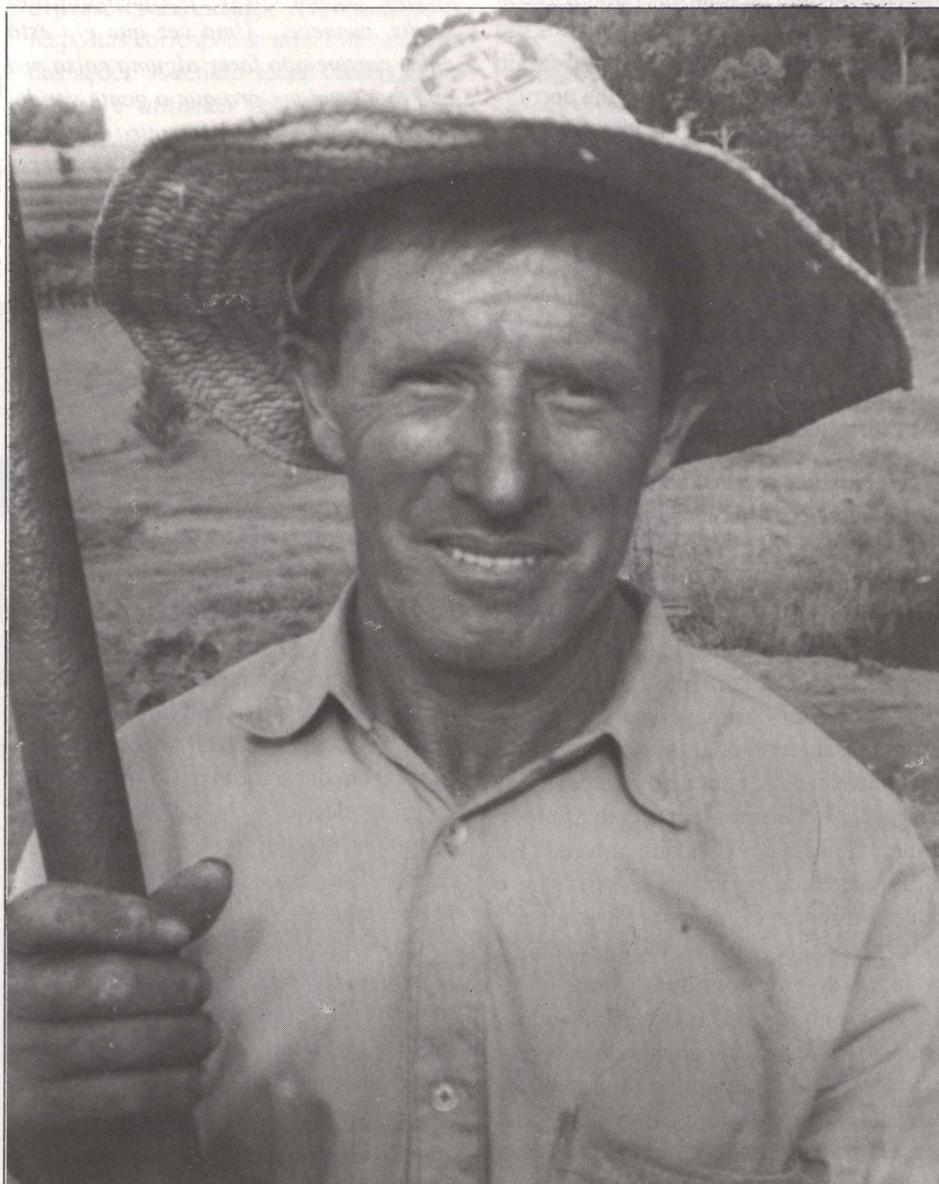


Foto Pedrão

ções do Sul para os Estados do Pará, Mato Grosso, Rondônia e Acre, em programas de colonização. A análise destes programas nos permitiu concluir que o processo da colonização de novas terras caracterizou-se por uma enorme irracionalidade agrônômica, econômica e social, acompanhada por uma evidente racionalidade política e ideológica: tratava-se de deslocar o eixo da questão agrária brasileira e de controlar autoritariamente as populações das novas terras².

Os atos coletivos de retorno das áreas de colonização adquiriram o significado de uma recusa da política de colonização de novas terras. Pois os camponeses, nos anos 70, tinham partido para a Amazônia na busca de terras para trabalharem e para legar aos filhos, visto que viviam em uma condição de pobreza. Mas, a decisão de partir em muito foi construída pelo discurso da colonização, fundado nas promessas de uma vida melhor.

A vivência nas áreas de colonização foi muito difícil: as terras eram de pouca fertilidade, não havia estradas, nenhuma assistência médico-hospitalar. Os acidentes de trabalho, nas tarefas do desmatamento foram em número elevado, e a malária atacou fortemente as populações. Faltavam alimentos, principalmente na época da chuva.

Além do mais, logo começaram a viver em uma condição de sujeição, pois as agências de colonização, seja as agências estatais (o INCRA ou o Banco do Brasil) e as agências particulares de colonização (as empresas ou as cooperativas de colonização) passaram a enquadrar os colonos em teias de controle autoritário.

Uma última percepção da nova situação foi que, em realidade, o Estado apenas queria manter os controles mas não mais assegurava as funções que os colonos dele esperavam: daí a vivência difusa de uma condição de abandono. Por tal razão,

“a omissão do Estado e das cooperativas de colonização em assegurar condições de permanência dos agricultores nos programas instalados resultou em elevadas taxas de abandono desses mesmos projetos de colonização; nesse sentido, a montagem de um discurso oficial da colonização não conseguiu encobrir o processo de seleção social em jogo que, se muitas

vezes não era evidente na hora da partida, tornava-se uma realidade incontornável durante o período de instalação dos lotes”.³

Várias alternativas passaram a se delinear: o assalariamento temporário na agricultura; o trabalho marginal nas novas cidades; a migração para novas áreas de colonização; a abertura de outras zonas de posseiros; o trabalho nos garimpos; ou o retorno para as regiões de origem.

Os colonos retornados para o Sul encontraram-se face a reduzidas alternativas: a acolhida nas redes de parentesco, nas regiões de sociabilidade e economia camponesa, permitiu-lhes um tempo de reiniciação; contudo, as opções de trabalhar dentro da unidade produtiva camponesa, a médio prazo, tornaram-se difíceis. As possibilidades de emprego como trabalhador rural também eram reduzidas, pois a economia pecuária pouco emprega mão-de-obra, enquanto a economia da soja é mecanizada em larga escala. A busca de um emprego urbano tornou-se também precária, exceto para aqueles que já detinham alguma qualificação, restando, aos outros, uma virtual marginalização nas médias e grandes cidades.

A negação da imagem do Norte associava-se à negação da imagem da cidade: a partir daí, a alternativa da luta pela terra começou a se delinear no horizonte social.

AS CORRENTES MIGRATÓRIAS

Na década de 1970, o fluxo migratório ultrapassou os limites da Região Sul, deslocando-se diretamente para as regiões Norte e Centro-Oeste, principalmente para os Estados que constituem a Amazônia Ocidental: Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Acre. A observação da dinâmica populacional, no intervalo 1970-1980,

“...evidenciou a existência de dois grandes conjuntos de áreas: o primeiro, correspondente à fachada atlântica e estendendo-se do Rio Grande do Sul ao Ceará, apresentou crescimentos urbanos de médio a fracos e decréscimo rural quase generalizado; enquanto que o segundo, representado pelas áreas de fronteira amazônica, caracterizou-se por elevado crescimento, tanto urbano como rural”.⁴

Dentro desse quadro global, os fluxos migratórios apresentaram duas direções predominantes: no sentido campo-cidade, no Centro-Sul e Nordeste; e tendo como destino áreas rurais e urbanas localizadas na Amazônia.

Podemos, portanto, identificar quatro correntes migratórias inter-regionais que se configuraram nas últimas duas décadas⁵: a) Nordeste-Sul: tem sua origem nos Estados do Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo, tendo como regiões de destino os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; b) Sudeste-Oeste: abrange tanto migrantes do Nordeste quanto naturais do Sudeste, em especial dos estados do Espírito Santo e do Paraná, que se deslocam para o Centro-Oeste e Norte, dirigidos e estimulados pelos programas de colonização, oficiais e particulares, assim como pelas políticas de desenvolvimento regional; c) Nordeste-Norte: este fluxo, já iniciado desde o ciclo da borracha, foi incrementado na década de 40 e pela construção da rodovia Transamazônica, em 1970, com o forte estímulo dos programas de colonização oficial no Pará. d) Sul-Amazônia Ocidental: este fluxo retraza o movimento demográfico originado no Rio Grande do Sul, para o oeste de Santa Catarina e Paraná; apresenta um desvio para o Paraguai e norte da Argentina; e se dirigiu, nos últimos vinte anos, para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia e Acre.

Esta última corrente, do Sul para a Amazônia Ocidental, nos interessa em particular: em gestação desde a década de 60, motivada pela crise econômica do Rio Grande do Sul na época, ela foi fortemente estimulada pelo processo de modernização da agricultura, implementado desde os anos 70. Por consequência, tanto levou a uma crise de reprodução da propriedade familiar nos Estados meridionais, quanto produziu, em um mesmo movimento, dois atores sociais - o colono do Sul que migrou para a Amazônia Ocidental, e o colono sem terra que resistiu à transferência populacional e passou a ocupar terras nas regiões meridionais. Configurou-se, assim, um duplo movimento do processo de exclusão social produzido pela modernização da agricultura, pois todos os pontos dessas trajetórias migratórias contêm, ao

mesmo tempo, um processo de expropriação e de exclusão social, acompanhado por um processo de reprodução social do campesinato nas novas terras⁶.

OS COLONOS RETORNADOS E A LUTA PELA TERRA

Os colonos retornados apareceram como testemunhas e participantes de várias lutas sociais no Brasil Meridional. Cabe indicar uma série de programas de colonização dos quais houve o retorno de colonos: do Programa Altamira, no Pará, em 1971; do Programa de colonização Canarana, de 1972; do Programa Terranova, no ano de 1978; ainda em 1978, uma parte dos agricultores de Nonoai recusaram-se a partir para o Mato Grosso, e ocuparam a Fazenda Sarandi⁷.

No ano de 1981, a maioria dos acampados na Encruzilhada Natalino também recusaram-se a ir embora; mas a quase totalidade dos que haviam, sob intensa pressão, concordado em se transferir para o projeto Lucas do Rio Verde, no Mato Grosso, voltaram para o Rio Grande do Sul:

“Ao voltarem para sua região de origem, os agricultores procuraram reconstituir os laços sociais que haviam sido parcialmente rompidos com a partida. Essa reinserção em seu universo social geralmente se dá em condições extremamente desfavoráveis, na medida em que os gastos com a mudança de volta ao Rio Grande do Sul representam um novo desgaste nas economias da família”⁸.

Mesmo do programa de colonização Peixoto de Azevedo-Cotrel, organizado desde Erechim, houve um grande retorno de colonos, nos anos de 1980 e 1981. Entre aqueles que acamparam no Salto do Jacuí, no Rio Grande do Sul, em 1988, também foram localizados colonos que tinham vivido no Norte, como afirma SCHMITT:

“Os colonos retornados que encontramos no acampamento, por sua vez, eram todos eles provenientes de projetos de colonização oficial, portanto daqueles projetos destinados a agricultores de menor poder aquisitivo”⁹.

Os colonos retornados foram protagonistas de um processo social da coloniza-

ção de novas terras, e tiveram suas vivências profundamente modificadas por sua trajetória migratória, em termos reais e simbólicos. Em outras palavras,

“A colonização se faz presente enquanto experiência histórica do grupo principalmente sob a forma de uma recusa que nem sempre aparece associada a um discurso político contra a política estatal de deslocamento de populações, estando, muitas vezes, vinculada simplesmente a uma avaliação de suas próprias possibilidades de melhorar ou, ao menos, reproduzir suas condições de vida enquanto agricultor nas novas terras”¹⁰.

O gaúcho, mas poderíamos também dizer o catarinense, o paranaense, ou até mesmo pessoas que saíram para a Amazônia Ocidental e voltaram para outros Estados, como São Paulo, Espírito Santo ou Minas Gerais, tais pessoas inseriram-se no processo da colonização de novas terras. Tal processo pode ser definido como um processo social complexo, de dupla dimensão, espacial e temporal, que faz interagir forças sociais em conflito e, assim, vai produzir relações sociais¹¹.

Por um lado, o espaço social da colonização faz interagir diversos pontos, desde a origem até o destino dos fluxos migratórios, de um modo recíproco e contínuo. Assim, o colono retornado vai construir estratégias de reprodução social que ora se ligam às regiões de destino, ora se ligam às regiões de origem, e ambas as possibilidades inscrevem-se em seu horizonte social.

A dimensão temporal, por outro lado, provoca uma linha de tempo pela qual se deu, a partir dos anos 80, uma acentuação do retorno dos colonos, à medida da finalização do ciclo da colonização contra a Reforma Agrária, vigente durante o regime militar, e acentuando-se com as possibilidades do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária), a partir de 1985. De modo significativo, observadores indicam um expressivo êxodo de retorno dos colonos de Rondônia, para o Mato Grosso e Espírito Santo, origem de grande parte do fluxo para Rondônia.

Isso significa que os colonos retornados mobilizam-se, agora, contra a transferência para as novas terras, recusando as políticas de colonização, passando ou virtuais, e reafirmando a luta pela

terra como um direito de cidadania. Por isso, a organização da luta pela terra compõe-se, em seu nascedouro, pela recusa da política de colonização:

“Uma das dimensões da construção do sem terra enquanto categoria sócio-política, é a sua recusa em transferir-se para terras fora de sua região de origem. O trabalho dos principais mediadores políticos dos sem terra, especialmente a CPT e o MST, possibilitou que a resistência individual das famílias em migrar pudesse se traduzir em uma recusa coletiva, formulada em um discurso político onde se denunciava as desvantagens das migrações para outros Estados e as más condições de vida nos projetos de colonização.”¹²

Entretanto, a identidade do colono retornado da Amazônia configurou-se como uma identidade dilacerada, estigmatizada, cuja busca de um novo destino passou pela identidade sócio-política do colono sem terra, para, longo tempo depois, tentar reencontrar, modificada pela vivência das migrações sucessivas, a identidade do camponês meridional.

* Doutor de Estado pela Universidade de Paris-Nanterre, Professor do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pesquisador do CNPq.

NOTAS

1- MARTINI, Maria Luiza F. *Sobre o Caboclo-Camponês: um gaúcho a pé*. Porto Alegre, Programa de Pós-graduação em Sociologia - UFRGS, 1993 (dissertação de Mestrado).

2- TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. *Matuchos: exclusão e luta (do Sul para a Amazônia)*. Petrópolis, Vozes, 1993.

3- SCHMITT, Claudia Job. *O Tempo do Acampamento: a construção da identidade social e política do “colono sem terra”*. Porto Alegre, PPG-Sociologia da UFRGS, 1992 (Dissertação de Mestrado), p. 255.

4- FIBGE. *Brasil: uma VISÃO geográfica nos anos 80*. Rio de Janeiro, FIBGE, 1988, p. 308.

5- CENTROS DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS. *Migrantes: êxodo forçado*. São Paulo, Paulinas, 1980, p. 20.

6- TAVARES DOS SANTOS, J.V. “Camponeses e trajetórias migratórias: do Sul para a Amazônia Ocidental”. In: *Anuário Antropológico 91*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1993, p. 65-86.

7- TAVARES DOS SANTOS, Matuchos, op. cit., cap. VI, p. 177-192.

8- SCHMITT, op. cit., p. 283.

9- SCHMITT, op. cit., p. 256.

10- SCHMITT, op. cit., p. 258.

11- TAVARES DOS SANTOS, J.V. *Matuchos*, op. cit., p. 257/258.

12- SCHMITT, op. cit., p. 287.